PARECER Nº 56/2015-NSAJ/SEGEP

Processo nº: 077/SEGEP/2015

Interessado: Administração Pública Municipal de Belém

EMENTA: Direito Administrativo. Inexigibilidade de Licitação. Contratação de empresa especializada em serviços de suporte jurídico para licitações e contratos, via *online* e periódicos. Possibilidade jurídica. Art. 3º, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993. Julgados. Doutrina. TCU.

SÍNTESE FÁTICA

Vieram os presentes autos para análise e parecer sobre a regularidade do procedimento para a contratação de empresa especializada em serviços de suporte jurídico para licitações e contratos, via *online* e periódicos, oferecidos pela empresa Instituto Negócios Públicos, a fim de atender às necessidades no âmbito administrativo, bem como nos procedimentos licitatórios afetos à Prefeitura Municipal de Belém, geridos pela Secretaria Municipal de Planejamento.

É a síntese fática. Passa-se à análise jurídica.

ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a regra brasileira referente às compras e contratações de serviços se dá pelo procedimento licitatório, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, *in litteris*:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições

efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações; (destaque nosso)

No entanto, conforme leitura do próprio dispositivo constitucional, cabem exceções à regra de licitar, onde a lei prevê as situações de dispensa e inexigibilidade, que constituem as hipóteses de contratação direta.

É certo e sabido que a licitação pode ser definida como o meio através do qual a Administração Pública contrata, garantindo o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, moralidade, impessoalidade, dentre outros, buscando, assim, a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Vejamos:

Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Celso Antônio Bandeira de Mello¹ definiu a licitação, enfatizando os seus requisitos de competição, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa:

“É um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preenchem os atributos e aptidões

¹ BANDEIRA DE MELLO. Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 26ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2009, p. 492

necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir”. (destaque nosso)

Compulsando os autos, verifica-se que o serviço a ser contratado pela Administração Municipal de Belém foge a regra de licitar para aquisição da proposta mais vantajosa, pois a contratação de assinatura de periódicos oferecida pelo Instituto Negócios Jurídicos caracteriza-se como um caso peculiar de contratação direta, qual seja, a **inexigibilidade de licitação**, portanto, sem que seja necessário o processo licitatório, levando em conta a impossibilidade de competição.

No intuito de afastar qualquer conflito de entendimento sobre a inexigibilidade em tela, é oportuno realizar a distinção entre as situações de dispensa e de inexigibilidade de licitação, conforme, traz a lição de Lucas Rocha Furtado²:

*“A diferença entre as situações de **dispensa** e de **inexigibilidade** reside no fato de que, na primeira, haveria a **possibilidade de competição entre possíveis interessados**, o que torna possível a realização de licitação. Na segunda, na **inexigibilidade**, ao contrário, **não haveria competição**, isso porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração: a licitação é, portanto, inviável”. (destaque nosso)*

Assim, conforme se pode observar no processo em tela, a contratação do Instituto Negócios Jurídicos não poderia ser de outra forma se não a direta, em virtude da impossibilidade de competição do serviço a ser prestado pela empresa, por ser único.

Sobre a exclusividade do produto ofertado, a empresa junta, dentre seus documentos, ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE, fornecido pela ASSESPRO – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, atestando que a empresa “é autora e única fornecedora no Brasil” de “um avançado sistema que utiliza o servidor Microsoft” (...) sendo “possível pesquisar e acessar informações com respostas relevantes e precisas. Desde artigos, doutrina, pareceres jurídicos, jurisprudência, opiniões de profissionais

² FURTADO. Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 67.

especialistas em texto, áudio, vídeo, periódicos mensais atualizados acessando um amplo banco de dados completo e dinâmico” tão necessário a esta SEGEP.

E, acerca do assunto em debate, o jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes³, traz à colação algumas orientações jurídicas, dentre elas a que segue transcrita:

“Nota: o TCDF alertou a jurisdicionada que para os dispêndios com assinatura de revistas e periódicos, quando adquiridas diretamente das editoras responsáveis pela publicação, será inexigível a licitação, com fundamento no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93”

Nesse ínterim, conforme visto acima, os produtos ofertados pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil são fornecidos com exclusividade pela empresa. Assim, nada mais há para ser discutido em relação ao procedimento de inexigibilidade. Contudo, vale trazer à colação prejudgado do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Vejamos:

PREJULGADO 1124 - ASSINATURA DE REVISTAS E PERIÓDICOS

“(...) A contratação de assinatura de revistas, periódicos e publicações similares pode ser efetivada por processo de inexigibilidade de licitação, tendo o disposto no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 como fundamento legal para realização da despesa. Devem ser observadas as exigências do art. 26 daquele diploma legal, especialmente quanto à justificativa de interesse público na aquisição daqueles específicos materiais e sua relação com as atividades do órgão, bem como do preço e sua compatibilidade com o mercado (...)”

No caso dos autos, a aquisição solicitada pela Diretoria Administrativa, através do Memorando nº 050/2015-DEAD/SEGEP, no que se refere à assinatura anual de

³ FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª. Edição. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2005, p. 254

consultoria *online* e envio de periódicos, devidamente autorizada pela Sra. Secretária Municipal desta SEGEPI, se dá no sentido de contemplar a Assessoria Jurídica, o Controle Interno e a Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista os termos do Decreto Municipal nº 75.004-PMB, de 21/03/2013, publicado no DOM nº 12.305, de 05/04/2013 e do Decreto Municipal nº 80.456-PMB, de 12/08/2014, publicado no DOM nº 12.646, de 08/09/2014, que dispõem sobre os procedimentos licitatórios, no âmbito do Município de Belém, onde determinaram que a SEGEPI ficaria com a responsabilidade dos procedimentos licitatórios referentes à *“aquisição de bens ou contratação de serviços necessários e comuns à universalidade dos órgãos e entidades da Administração direta, indireta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta e indiretamente pelo Município”*.

Justifica-se ainda pelo fato da SEGEPI ser responsável pela padronização do Catálogo Eletrônico, no âmbito do Município de Belém, relacionado ao RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas, conforme previsão do Decreto Municipal nº 79.231/2014-PMB, de 04/04/2014, publicada no Diário Oficial do Município nº 12.546, de 07/04/2014 (doc. em anexo), a fim de implementar a nova modalidade licitatória em todo o Município.

Assim, tem-se como objetivo maior para as aquisições dos produtos ofertados, tanto via *online*, quanto por periódicos, ou mesmo através de consultas específicas, o reforço nas análises processuais e procedimentais da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da SEGEPI, incluindo a própria Comissão Permanente de Licitação, dando a cada departamento o suporte necessário ao desenvolvimento dos seus trabalhos.

Logo, explica-se que os produtos a serem adquiridos pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil, no caso, as matérias Administrativas e Licitatórias, são necessárias ao acervo da SEGEPI, tendo em vista sua missão institucional, não somente no que tange aos aspectos de planejamento e gestão, mas, sobretudo, referente ao gerenciamento dos procedimentos licitatórios do Município de Belém.

A respeito da forma de aquisição, a compra direta, através do processo de inexigibilidade se explica em razão da exclusividade do Instituto Negócios Públicos do Brasil em relação ao material ofertado, conforme já amplamente abordado acima, incluindo o ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE, como requer os ditames legais.

Sobre a justificativa dos preços determinada pelo art. 26, parágrafo único da Lei 8.666/93, tem-se a afirmar que, conforme documentos em anexo, o Instituto Negócios Públicos do Brasil aplica os mesmos preços praticados no mercado, referente aos órgãos da Administração Pública, cumprindo, portanto, as regras legais impostas.

Ademais, há de afirmar que o processo ora posto em análise, está formado com todos os documentos necessários à sua formalidade, quais sejam: solicitação por parte da Diretoria Administrativa da SEGEPI, justificando a aquisição solicitada; autorização da autoridade superior desta Secretaria de Planejamento para a aquisição dos produtos ofertados pelo Instituto Negócios Públicos do Brasil; carta proposta nº 32223/2015 indicando um valor R\$6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), se equiparando ao valor de mercado praticado pela empresa; documentação de regularidade fiscal, econômica e trabalhista da empresa a ser contratada; atestado de exclusividade da empresa a ser contratada conferida pela ASSESPRO REGIONAL PARANÁ – Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação e a indicação do empenho a fim de cumprir com as obrigações assumidas, cumprindo, portanto, com as regras legais impostas para a contratação através da inexigibilidade de licitação.

Assim, conforme se observa dos autos, todos os requisitos para o procedimento de inexigibilidade de licitação foram legalmente preenchidos, com fundamento no art. 25, caput c/c art. 26, Parágrafo Único da Lei n. 8.666/93.

CONCLUSÃO

Isto posto, diante dos fatos e fundamentos expostos, conclui-se pela PROCEDÊNCIA DO PLEITO DA INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO, tendo em vista o que dispõe a legislação pátria, bem como a doutrina e o julgados dos Tribunais de Contas.

É o parecer que submetemos à apreciação superior.

Belém, 14 de abril de 2015.